

Violência agrária e desmatamento: corolários das políticas de Estado e das lutas sociais no sudeste paraense*

Celia Regina Congilio** e Carla Silveira Moraes***

Resumo:

O sudeste do Pará, alvo de grandes projetos de desenvolvimento capitalista, tem se destacado há anos por indicadores alarmantes de assassinatos no campo. Faremos considerações acerca de como os conflitos agrários se inserem na contemporaneidade e como estes se inter-relacionam com o desmatamento. É preciso ressaltar a atuação do Estado diante das questões ambientais e dos conflitos agrários regionais. Nossa principal fonte de pesquisa tem sido a história oral dos camponeses e o levantamento de dados sobre conflitos agrários e formas de resistência, relacionando tais dados com os índices de desmatamento nas áreas pesquisadas.

Palabras claves: Estado; desmatamento; conflitos agrários; resistência camponesa.

Agrarian Violence and Deforestation: Corolaries of State Policies and Social Struggles in Southeast Pará

Abstract:

Southeast Pará, the site of large capitalist development projects, has stood out for years for its alarming rate of rural assassinations. We discuss the contemporary character of agrarian conflicts and how they are related to deforestation. It is important to underscore the role of the State regarding environmental questions and its relationship with agrarian conflicts in the region. Our main sources of information are oral histories of peasants and data on agrarian conflicts and forms of resistance, which we relate to indices of deforestation in the areas researched.

Keywords: State; deforestation; agrarian conflicts; peasant resistance.

* Artigo elaborado a partir de comunicação apresentada no VII Encontro da Rede de Estudos Rurais Olhares Conflitantes sobre o mundo rural: territorialidades, conhecimentos e ações de desenvolvimento, realizado em 29 de agosto a 01 de setembro de 2016 em Natal-RN.

** Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP e docente da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins e do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia (PDTSA) da UNIFESSPA, Marabá-PA, Brasil. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mudança Social no Sudeste Paraense (GEPEMSSP). End. eletrônico: conborg@uol.com.

*** Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Campus de Marabá-PA, Brasil. Bolsista PIBIC-CNPq/UNIFESSPA (2015) e membro do GEPEMSSP. End. eletrônico: carla@unifesspa.edu.br

Considerações iniciais

O que estamos caracterizando como conflitos agrários no sudeste paraense diz respeito à luta pela terra, pela qual “os trabalhadores rurais procuram manter a reforma agrária na pauta política do Estado”. Como afirma Pereira (2013: 14), “não podemos pensar a existência dessa ação unicamente desenvolvida pelos trabalhadores rurais ou mesmo um campo onde somente fazendeiros e trabalhadores rurais se digladiam, mas um espaço poliédrico, onde outras forças também gravitam”. O autor também menciona os diferentes interesses em jogo: “a terra, o trabalho, interesses econômicos, mas também o poder político e social”.

No sudeste do Pará, a expansão do capitalismo envolve os grandes projetos minerários, o agronegócio e a agropecuária, grandes responsáveis pelo desmatamento atribuído aos camponeses, uma vez que um grande número de assentamentos dedica-se à pequena criação de gado. Sabe-se que os bancos na região concedem financiamentos quase exclusivamente para a criação bovina e praticamente nada para a pequena produção da lavoura familiar, o que acaba por não contribuir com propostas para o reflorestamento entre os assentados.

Nossa intenção é problematizar a relação entre sociedade e natureza no contexto do campesinato no sudeste paraense e a dinâmica de sua sobrevivência, considerando que recebem áreas já degradadas por produções anteriores de fazendas adquiridas a alto custo pelo Estado, como política de reforma agrária¹. Além da situação de precariedade nas condições de produção, os assentados estão sujeitos à extrema violência, uma vez que as terras que lhes foram concedidas são recorrentemente disputadas pelo agronegócio e pelos grandes projetos de mineração.

O contexto histórico e socioambiental do lugar a que nos referimos, e da Amazônia de forma mais ampla, foi bastante relatado por autores como Hébette (2004) que nos apresenta, em quatro substanciais volumes, o contexto de ocupação e desenvolvimento capitalista na região; Pereira (2013) que nos remete aos conflitos agrários e um pouco mais da ocupação da região. Velho (1972), Castro (2005), Picolli (2006) e Nascimento (2006) contribuem para melhor compreensão do tema e suas abrangências.

Apesar dos estudos relevantes acima mencionados, estamos chegando a conclusões ainda pouco abordadas no campo acadêmico: trata-se da estreita relação entre a questão ambiental, os conflitos agrários e as propostas de reflorestamento

¹ Há casos em que fazendas foram cedidas em comodato pelo Estado e depois legalizadas como posse dos comodatários. Quando esgotadas em suas capacidades produtivas podem ser readquiridas pelo Estado para fins de reforma agrária, mediante indenizações fundiárias aos fazendeiros.

para essa região. Os diversos projetos governamentais destinados a reflorestar parte dessa região amazônica, dispenderam somas enormes de recursos e foram fadados ao fracasso. Exemplo disso é o Programa Assentamentos Verdes-PAV, que, como relatam lideranças camponesas, é constituído por técnicos exógenos à região que não conhecem a realidade e os problemas do campo e que, portanto, não percebem as dificuldades dos trabalhadores em colocar, na prática, os planos de reflorestamento propostos.

Percebemos, de forma ainda não suficientemente sistematizada, a estreita relação entre as políticas de Estado para o desenvolvimento do capitalismo na região, o desmatamento intenso nas áreas rurais e o esforço dos assentados que enfrentam políticas frágeis destinadas à economia camponesa, somadas à violência a que são submetidos quando seus lotes encontram-se no trajeto de interesses econômicos do grande capital latifundiário e/ou do extrativismo mineral. Essa realidade trava as motivações dos assentados a participarem efetivamente das propostas de reflorestamento em seus lotes, num contexto em que, para além da luta por posse da terra, observamos que as principais áreas de conflito são também áreas de intenso desmatamento.

Essa é uma questão relevante quando se percebe que, enquanto parte das análises técnicas atribui aos camponeses assentados o crescente desmatamento, ocorre atualmente uma reconcentração fundiária nas regiões desmatadas, sucessivamente por grandes projetos minerários, pela especulação imobiliária, pelo grande latifúndio da pecuária exportadora e, mais recentemente, pelo avanço da produção de soja.

Outra questão a se pensar é sobre, uma vez conquistado o lote, a resistência dos camponeses para permanecer nas terras e produzir o seu sustento nos assentamentos, levando em consideração a falta de apoio do Estado quanto à produção da pequena propriedade e à consolidação da reforma agrária. Pelo contrário, avaliamos que as investidas de repressão do Estado às lutas camponesas (ou sua omissão quanto à violência praticada por parte do latifúndio) mais o incentivo fiscal que dá aos empreendimentos responsáveis pelos problemas ambientais (diga-se a mineração e o agronegócio-pecuário exportador), são os maiores responsáveis pelos problemas socioambientais e pela violência que atinge os camponeses.

De acordo com Afonso (2013: 115) “a impunidade tem sido uma das principais causas da continuidade dos assassinatos no campo”. O autor refere-se à impunidade aos mandantes e pistoleiros aos seus serviços, nos conflitos pela posse da terra. Mas essa mesma impunidade, uma de nossas hipóteses, justifica a continuidade dos problemas ambientais, pois quando um determinado latifundiário comete um crime ambiental e não é punido, não há porque ele se

preocupar com as questões legais, o que torna isso uma “licença” para continuar desmatando. No sudeste paraense, desmatamento e assassinatos de camponeses parecem andar juntos e licenciados pelo Estado!

Contextualizando o desmatamento

O desmatamento é um problema mundial que vem sendo visibilizado, principalmente nas últimas décadas, tendo em vista que libera grande quantidade de CO₂ na atmosfera, o que, ao contribuir para o aquecimento global e a diminuição das chuvas, provoca secas em grande escala e afeta as populações cada vez mais, numa inter-relação entre as questões ambientais *stricto sensu* e as de cunho sociopolíticos (Castro, 2005).

No contexto Amazônico, o problema começou a surgir com as grandes obras de desenvolvimento capitalista que, ao desconsiderar totalmente as populações já existentes, atraiu uma grande quantidade de migrantes com as promessas de terras e/ou de melhores condições de sobrevivência. Vieram também os investidores do grande capital que, incentivados financeiramente pelo Estado, propunham-se a “desenvolver”, melhor dizendo, explorar a região.

Através de diversos programas de “colonização”, para povoar a Amazônia considerada “desabitada”, o Estado garantiu força de trabalho a baixo custo, trazendo junto com a população um maciço volume de obras de infraestrutura que, adicionando-se aos incentivos fiscais e aos tantos outros benefícios cedidos, garantiu a presença de grandes empresários capitalistas. Segundo Jean Hébette (2004: 334):

Houve tanta propaganda em torno da Amazônia! O Presidente da República, em 1970, tinha dito que queria levar “homens sem-terra para uma terra sem homens”. A imensa Amazônia tornou-se esperança dos sem-terra, que não deixaram de afluir. Para cumprir sua promessa, o presidente deveria ter proibido as grandes fazendas, essas terras de gado sem homens nem gado. O que aconteceu foi o contrário da reforma agrária: não mudou coisa nenhuma, não se reformou nada. Fez na Amazônia o mesmo que no nordeste, em São Paulo, no Paraná: concentrou-se mais uma vez a terra. O que se verifica, na verdade, na Amazônia, é que latifúndios, em número cada vez maior, se concentram nas mãos dos que tem de sobra terra inexplorada; que espaços ocupados e efetivamente explorados por homens laboriosos são ‘limpados’ de seus moradores e se tornam terras sem homens, terras de bois; que florestas secularmente preservadas por populações indígenas lhes são arrancadas para serem derrubadas (...)

As grandes obras na Amazônia, historicamente, trazem consigo impactos ambientais e econômicos e, com eles, os conflitos agrários que se tornam grandes

transtornos na vida dos povos da região. Em primeiro lugar, essas obras não são realizadas para lhes contemplar, ao contrário, ignora-os completamente, privilegiando os interesses do capital. Acontece que muito constantemente, na mídia e pelo senso comum, os camponeses são responsabilizados pelo desmatamento (um dos maiores impactos ambientais deixados principalmente pelos projetos agropecuários), além de serem apontados também como os geradores dos conflitos agrários.

Segundo Edna Castro “O fazendeiro é o ator principal no desmatamento, reatualizando a relação madeiras + grileiros + fazendas. Em cada nova fronteira aberta, predomina de longe a pecuária” (Castro, 2005: 19) e, conseqüentemente, o desmatamento. Em cada novo movimento de expansão prevalece também a violência, seja contra as populações tradicionais ainda (r)existentes na região, seja contra os camponeses. A afirmativa de Congilio e Moreira (2015: 11) sobre o impacto em comunidades indígenas aplica-se a esses sujeitos que resistem:

As investidas do capital pelo domínio e controle dos recursos naturais têm suplantado os interesses das populações locais de forma violenta e, nesse contexto, os povos indígenas são duramente atingidos por constantes invasões de seus territórios, áreas de produção e reprodução de suas vidas.

O fato é que, além de lidar com o desmatamento deixado pelos grandes projetos minerários, agropecuários e de madeiras, os camponeses e populações tradicionais lutam pela garantia de suas vidas e pelas terras para dela tirarem o sustento e, muito mais que isso, o assentamento é o território no qual garantem a reprodução dos seus modos de vida. Para isso, lutam contra o próprio desmatamento, contra o latifúndio, contra a mídia e suas mensagens criminalizadoras e, principalmente, contra o próprio Estado, que se por um lado assenta, por outro privilegia o desenvolvimento capitalista na região, o que deixa rastros de morte e de destruição:

Foi, sobretudo, a partir da ditadura militar que o Estado brasileiro criou as condições institucionais para aquela internacionalização, através do aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia pela via dos grandes projetos, demarcando um novo momento na história da Região. As empresas transnacionais aqui instaladas, beneficiadas pelos incentivos fiscais e outros benefícios deste período de desregulamentação, privatização e flexibilização, organizam a produção de matéria-prima a baixo custo (mão de obra barata, energia subsidiada, infraestrutura oferecida pelo Estado fiscalização ambiental incipiente e etc.), remetendo-a aos países hegemônicos, nos quais é processada e tornada mercadoria, alimentando assim, ciclo de produção e acumulação de capital (Nascimento, 2006: 14).

Sobre o Estado, Marx e Engels (1998: 74), afirmam que é “a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns”, e isso ocorre no âmbito da luta de classes. A diversificação de atividades no entorno do PGC² complexificaram as lutas na região, onde os enfrentamentos

se intensificam a partir dos trabalhadores rurais e se estendem do campo para as cidades, ainda que, mesmo essa dicotomia seja bastante problemática, uma vez que rural e urbano se imbricam quando se trata do espraiamento do capital em todas as esferas da vida social no sudeste paraense (Congilio e Moreira, 2016: 10).

A propósito da complexificação das atividades trazidas pelo PGC e o acirramento dos conflitos inseridos numa perspectiva de ampliação do rural para o urbano, (Congilio e Ikeda, 2014: 84) detalham:

Os projetos associados ao Programa Grande Carajás, aliados às políticas de atração migratória levaram a uma situação de acirramento dos conflitos já existentes. A construção de estradas e da ferrovia da mineração Carajás, o porto de Itaqui, construído em São Luís e que liga a ferrovia que sai de Parauapebas ao transporte marítimo para exportação do ferro, a construção da usina elétrica de Tucuruí, a larga rede de sistemas de transmissão e as empresas de fundição de ferro gusa e alumínio no corredor da ferrovia, contribuíram para a formação de novas estruturas espaciais e agravou o surto de devastações das florestas, incluindo, ainda nessa cadeia produtiva, as carvoarias, produtoras do carvão necessário à liga do ferro gusa e portadoras de grande parte do trabalho análogo à escravidão.

Ao tratarmos sobre a consideração dos camponeses como categoria inserida no campo da luta de classes, tomamos por base um longo debate, apropriadamente empreendido por Ribeiro (2013). A autora nos faz lembrar, como proposto por Congilio e Moreira (2016: 10), que:

A categoria *classes fundamentais* tal como aparece na obra de Marx, constituída pela burguesia e pelo proletariado é produto de um tempo determinado e a autora [Ribeiro] conclui, com o que concordamos, que é impossível negar, na América Latina, a força dos movimentos indígenas e camponeses. Isso nos permite afirmar que esses movimentos integram o *sujeito histórico* da transformação social em construção, dele fazendo parte todas as categorias de trabalhadores.

² O Projeto Grande Carajás (PGC), foi instalado à época da Ditadura Militar no sudeste paraense e trata-se de um complexo de exploração mineral na mais rica área de minérios do planeta. Relatos indicam que ocupa cerca de 900 mil km² em plena floresta amazônica, localizados numa área cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia.

Nesse cenário, os camponeses e movimentos sociais do campo mantiveram-se resistentes e conseguiram, ao longo dos anos, que o Estado criasse e regulasse diversos projetos de assentamento, alcançando um total de 504 em 2015 na região sul e sudeste do Pará, segundo dados do Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (Incra, 2015). Verificamos que maior parte desses assentamentos foi oficializada na década de 1990 e nos primeiros anos da década de 2000, somando um total de 337 projetos no sul e sudeste paraense dos anos 1996 a 2005, num cenário de forte acirramento dos conflitos e do aparelho repressivo do Estado, a exemplo da chacina mundialmente conhecida como o “Massacre de Carajás”.

Para Martins (1985: 09), a luta no campo entre as classes sociais não se resume na disputa pela ocupação da terra. Tais embates dão-se devido à distribuição desigual da propriedade fundiária, garantida por um pacto constituído de relações de cooptação para favorecer grandes proprietários. Acrescenta que este pacto sustenta-se na instituição organizadora da política, ou seja, no Estado:

Ao lutar pela terra de que necessita para trabalhar, ao resistir contra a expropriação, a expulsão, o despejo, ao ocupar as terras ociosas das grandes propriedades ou das propriedades públicas, o trabalhador está pondo em questão o atual direito de propriedade e suas consequências sociais. Esses conflitos têm exigido uma crescente intervenção do Estado militar, que tem feito esforços desesperados para mantê-los circunscritos ao espaço coberto pelas leis existentes e pelo atual direito de propriedade. O Estado tem procurado evitar a adoção de um novo direito de propriedade que represente uma restrição ou uma revogação dos direitos verdadeiramente absolutos dos proprietários de terras neste país. É neste sentido que a luta pela terra põe também em questão esse pacto político, questiona sua legitimidade social e política. Nesse plano, ela põe em risco o regime e a atual estrutura do Estado, os compromissos e acordos que os sustentam (Martins, 1985: 10).

Ainda se faz necessário aprofundar pesquisas sobre os conflitos agrários na região e, para isso, deve-se considerar novos contextos históricos (orientados por frentes atuais de expansão do capital) e a luta pela permanência nas terras em áreas de assentamentos, onde prevalecem os problemas ambientais. Entre outros, temos identificado o Programa Assentamentos Verdes (PAV-2013), projeto governamental citado anteriormente, cuja proposta é trabalhar sobre questões de desmatamento entre os assentados, por meio do Cadastro Ambiental Rural, dos Licenciamentos Ambientais e das Vistorias. Tais programas ignoram o caráter sociopolítico da questão ambiental. O PAV, assim como outros projetos, depende recursos imensos com a finalidade de reflorestamento e alimenta amplos setores técnico-burocráticos, ao mesmo tempo em que crescem as áreas desmatadas, como nos mostram os dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Ambiental

da Amazônia (2015)³, em que dos 17 assentamentos criados de 2009 a 2014, 67% deles se encontravam em áreas já desmatadas.

A violência agrária nas últimas décadas e a resistência camponesa

Arelado aos projetos de expansão do capitalismo na região, o Projeto de Colonização da Amazônia, empreendido pela ditadura militar nos anos de 1970 e 1980, atraiu levas de camponeses descapitalizados que, sem saber dos reais propósitos do Estado e expulsos de suas terras primeiras, vieram para cá produzir e/ou melhorar as condições de sobrevivência e trabalho na abertura de estradas. Segundo Pereira (2013: 06):

os discursos direcionados pelo Estado estabeleceram um verdadeiro paradigma sobre a valorização do homem do campo, a integração nacional e a redução das desigualdades sociais e regionais, ao mesmo tempo em que se consolidavam as políticas de desenvolvimento planejadas para a Amazônia. Além da construção de estradas, da criação de órgãos e de programas e do estabelecimento de um sistema de propaganda, prometendo oportunidades econômicas e lucros fáceis na Amazônia, vastas extensões de terras, créditos e incentivos fiscais foram concedidos a grandes empresas e proprietários rurais do Centro-Sul do País para a criação de gado bovino.

Muitos dos camponeses migrantes serviram exatamente ao propósito do capitalismo, como força de trabalho; passaram da abertura de estradas à derrubada das florestas em trabalhos precários para madeireiras e/ou latifundiários; outros, ao perceberem que a realidade era diferente do que lhes fora prometido, que havia comunidades tradicionais e até oligarquias há muito estabelecidas, passaram a lutar ao lado dos camponeses que aqui já estavam para ter acesso à terra:

Mas, à medida que empresários, comerciantes e fazendeiros constituíam as suas propriedades, trabalhadores rurais, que chegavam de diversas partes do Brasil, disputavam com eles a terra. Esse movimento de ocupação da terra dos primeiros anos da década de 1970 acentuou-se na década de 1980, gerando intensos e prolongados conflitos (Pereira, 2013: 02).

No sudeste paraense temos características peculiares, com forte atuação do Programa Grande Carajás (PGC) e dimensões latifundiárias enormes, que

³ IPAM (2015). Avaliação da dinâmica do desmatamento nos assentamentos de Marabá SR -27 até 2014. Dados apresentados na I Conferência dos Movimentos Sociais do Campo Para Elaboração de Propostas Para o Desenvolvimento Sustentável em Assentamentos de Reforma Agrária da Amazônia Brasileira, ocorrida em Marabá-PA em 04 e 05 de junho de 2015.

existem desde a década de 1980 e se reconfiguram ao longo do tempo e espaço nas esferas de poderes locais e nacionais. Com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre o final da década de 1980 e o início dos anos 1990, as características das lutas foram modificadas. Segundo uma das lideranças regionais, “o movimento surgiu na década de 84, e em 90 chegou aqui no Pará (...). E nessa história a gente tem um princípio né, que é lutar pela democratização da terra, mas que vai além da conquista da terra, né” (Conferência, 2015)⁴.

Há que se considerar também a contribuição dos outros movimentos sociais do campo: Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar (FEITRAF) e seus respectivos Sindicatos; e das entidades colaboradoras: Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Segundo Pereira (2013: 10),

essa luta não se restringiu aos confrontos e às disputas que ocorreram entre trabalhadores rurais e fazendeiros, empresários e comerciantes, mas contou com o envolvimento efetivo de pistoleiros, parlamentares e membros dos aparelhos de Estado, da Igreja Católica, de entidades de direitos humanos e de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, fazendo da questão agrária, no sul e sudeste paraense, um espaço poliédrico onde diversos grupos, interesses e temporalidades operaram.

Karl Marx e Friedrich Engels (1998), no Manifesto do Partido Comunista percebem o Estado como um comitê gestor dos interesses da classe dominante. A violência agrária contra os camponeses reforça essa concepção na medida em que, ao longo dos tempos, é perceptível nessa região como o Estado recorrentemente se posiciona ao lado dos que praticam os crimes, diga-se, os que possuem capital, seja o fundiário, especulativo ou industrial, enquanto que, do outro lado, são os camponeses que precisam resistir, sendo eles as maiores vítimas nos casos de mortes violentas. Desde 1996, quando ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, no qual a polícia, a mando do então governador do estado do Pará assassinou 19 trabalhadores, os números gerais de assassinatos progrediram na mesma medida em que a chacina continua impune. Na década seguinte, de acordo com levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2016)⁵ disponibilizados no site nacional e coletados em arquivos locais

⁴ Trecho da palestra proferida por uma das lideranças regionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na abertura da Conferência dos movimentos sociais do campo para elaboração de propostas para o desenvolvimento sustentável em assentamentos de reforma agrária da Amazônia brasileira, que aconteceu durante os dias 04 e 05 de junho de 2015, na Fundação dos Agricultores do Tocantins Araguaia (FATA).

⁵ Fonte: Site nacional da Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnacional.org.br/>), acesso em setembro de 2016.

da entidade⁶, entre 2000 a meados de 2015 foram contabilizadas 137 mortes só no sul e sudeste paraense, na maioria camponeses e lideranças dos movimentos sociais.

Os mesmos indicadores da CPT mostram que entre os assassinados, 33% são lideranças camponesas e 55% são trabalhadores rurais; 12% são causadas por pistoleiros e 72% são agentes não identificados, ou seja, crimes não apurados! Se analisarmos o fato de que 72% dos assassinatos são de autores não identificados, numa realidade em que 88% das vítimas se constituem por trabalhadores rurais e respectivas lideranças e, se ainda levarmos em conta que em muitos casos com autores já identificados, encontramos pistoleiros e mandantes em liberdade, concordamos com o que vem há muito tempo sendo denunciado por autores que discutem a ação do Estado na Amazônia: a grande quantidade dos casos não apurados nos remete à falta de interesse de investigação do Estado e de sua omissão para punir os responsáveis.

Ainda sobre o Pará, os dados da CPT indicam que de 1985 a 1994 foram assassinados 206 trabalhadores rurais, a maior parte nos municípios do sul e sudeste do estado. Na década seguinte, de 1995 a 2004 foram 161 mortes e na última década, de 2005 a 2014, foram 117 trabalhadores assassinados em todo o estado. Se quantitativamente o número reduziu, há que se considerar que nas décadas anteriores freqüentemente aconteciam chacinas que, de uma só vez, dizimavam vários trabalhadores, como foi o caso da chacina da fazenda Ubá em 1985, da chacina de Goianésia em 1987, e do massacre de Eldorado dos Carajás em 1996. Na última década, as características dos assassinatos são mais individuais e as vítimas freqüentemente são lideranças, o que deixa claro o objetivo de desmotivar resistências.

Temos que considerar ainda, conforme dados da CPT, que em 2015 havia uma lista de 36 ameaçados no Pará. Não se tem os dados de 2016, mas acredita-se que a lista tenha aumentado! São lideranças, advogados e apoiadores que recebem constantes ameaças por telefone, bilhetes, carros e motos que passam lentamente sem placas em frente às casas e outras formas. Seus nomes são abertamente, porém de forma anônima, divulgados com freqüência pelos pistoleiros e/ou mandantes.

Apesar da resistência dos agricultores pela permanência na terra, motivados principalmente pela atual frente de expansão do capitalismo na região, com a persistência das ameaças e assassinatos, muitos acabam por vender seus lotes, adquiridos por baixo custo pelas empresas e fazendeiros. Os que permanecem

⁶ Arquivos disponíveis na sede regional Marabá-PA da Comissão Pastoral da Terra, acessados em abril de 2016.

não se sentem motivados para investir em reflorestamento, diante das incertezas quanto ao futuro. Isso ocorre porque mesmo os que não estão sendo diretamente ameaçados, sofrem os impactos emocionais de verem mortes de lideranças comunitárias e de companheiros que lutaram ao seu lado pela posse da terra.

O Estado, até porque não é sua prioridade, tem dado assistência incipiente aos assentados e, quando disponibilizada, não atende suas necessidades, uma vez que, segundo os próprios camponeses, o incentivo é apenas para a pecuária. Quando não, são assistências direcionadas pelos programas de reflorestamento em que se espera a integração dos camponeses, mas ignoram por completo a realidade enfrentada por eles.

Constatamos que, apesar do estímulo do Estado estar direcionado aos grandes proprietários capitalistas, os camponeses lutam e resistem pela posse, permanência e viabilidade de produção nas terras. Lembremos, como indicam Marx e Engels (1998), que o Estado é constituído como estrutura de dominação e de reprodução do capital. Não menos por isso é que, historicamente, grande parte dos latifundiários dessa região tem uma longa trajetória de atividades também na política, em cargos executivos, parlamentares e secretarias governamentais importantes. Colocam assim as políticas públicas do Estado em favor dos seus interesses particulares.

Sabemos que desde as primeiras ações desenvolvimentistas na Amazônia nunca se disputou apenas a posse da terra, uma vez que com ela está em jogo o uso e controle dos recursos naturais. Segundo Lima e Moreira (2016: 08):

Podemos observar uma constante tensão resultante da disputa de poder, aqui se evidencia as relações de poder em sua escala mais larga, divisão de classes em hierarquias e privilégios. Há uma disseminação do poder pelas instituições, com intuito de normatizar os processos e moldar a ordem social posta, que serve aos interesses do sistema capitalista que estão inseridos. Ao mesmo tempo em que este processo ocorre, os trabalhadores da terra, os pequenos agricultores começam a se ver como camponeses e através de certas relações de poder então, se constrói aos poucos, uma identidade que resiste e uma consciência de categoria que inicia uma tomada de direitos para si.

A quantidade de assentamentos (504) e de famílias que neles produzem (acima de sete mil), ainda que de forma precária, atestam de forma modesta o que tem representado a resistência dos camponeses. O fato é que se está acontecendo conflito é porque existe resistência.

No mais, é esperar que trabalhadores do campo e da cidade se somem no enfrentamento ao capital, que tem se tornado cada vez mais ofensivo. Nessa perspectiva, reflorestar é mais do que plantar árvores, especialmente em terras

onde seus moradores travam lutas diárias pela sobrevivência física e psíquica. Reflorestamento diz respeito às lutas políticas por formas de sociabilidade que não se pautem apenas pelo lucro.

As discussões aqui apresentadas são de caráter preliminar e indicam a complexidade do tema que nos propusemos a refletir, a saber, a estreita relação entre desmatamento, lutas sociais e as limitações que apresentam os projetos institucionais de reflorestamento nessas áreas onde vivem os assentados. Concluímos que a questão ambiental é, primordialmente, uma luta política que se materializa na luta de classes.

Bibliografia

- CASTRO, Edna (2005). Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. *Cadernos NAEA*, v. 8, n. 2.
- Comissão Pastoral da Terra-Nacional (2014). *Conflitos no campo – Brasil 2013*. Goiânia: CPT.
- CONGILIO, Celia e MOREIRA Edma (2016). A resistência aos grandes projetos de mineração do ferro no sudeste paraense. *Revista de Políticas Públicas*, v.1, Número Especial, São Luís.
- CONGILIO, Celia Regina e IKEDA, Joyce Cardoso O. (2014). A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. *Lutas Sociais*, vol. 18, n. 32, São Paulo.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel González de (2005). *Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
- HÉBETTE, Jean (2004). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, Vol. III.
- LOUREIRO, Violeta R., PINTO, Jax Nildo A. (2005). A questão fundiária na Amazônia. *Revista Estudos Avançados*, 19 (54), São Paulo.
- MARTINS, José de Souza (1985). *A militarização da questão agrária no Brasil* (Terra e poder: o problema da terra na crise política). 2 ed. Petrópolis: Vozes.
- MARX, Karl (s/d). Manifesto do Partido Comunista. In: *Obras Escolhidas*. V 1. São Paulo: Alfa-Omega.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich (1998). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.

- NASCIMENTO, Nadia S. N. (2006). *A Amazônia e desenvolvimento capitalista: Elementos para uma compreensão da “questão social” na região*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PEREIRA, Airton dos Reis (2013). *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- PICOLI, Fiorelo (2006). *O capital e devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular.
- RIBEIRO, Marlene (2013). O Movimento Camponês é ou não um sujeito histórico? In: *Movimento Camponês, Trabalho e Educação -liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Expressão popular.

Sites

- INCRA, Instituto de Colonização e Reforma Agrária. (www.incra.gov.br) acesso em maio de 2015.
- CPT, Comissão Pastoral da Terra (www.cptnacional.org.br), acesso em setembro de 2016.